

# Cenários para o Brasil nos próximos dez anos

por Cláudia Safatle de Brasília

Uma das principais tarefas do novo ministro da Economia, Marcellio Marinho, será promover um definitivo ajuste nas contas públicas, um acerto estrutural entre receitas e despesas, capaz de garantir, no curto prazo, uma certa estabilidade econômica e viabilizar, na etapa seguinte, a retomada dos investimentos.

Na primeira conversa que teve com Marcellio Marinho, o presidente Fernando Collor de Mello lhe passou o que deverá ser o balizador da política econômica daqui por diante: o seu discurso de posse e o Projeto de Reconstrução Nacional. Obedecendo a esse espaço, o ministro da Economia deve imprimir seu estilo de conduzir as políticas monetária, fiscal e de rendas (de preços e salários). "O projeto é um programa de governo", enfatizou o porta-voz do Palácio do Planalto, Cláudio Humberto Rosa e Silva.

Em um ano de governo, a equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello conseguiu reverter uma situação explosiva das contas públicas para um quadro manejável, mas não duradouro. A tarefa de reverter a estrutura de receitas tributárias e mudar o padrão do gasto público está por ser feita. O Projeto de Reconstrução Nacional é, entretanto, uma indicação da trilha a ser seguida para restabelecer a ordem econômica e financeira que amarga há uma década, liberar investimentos para a área social, gerar poupança que, somada à poupança do setor privado, crie condições para a retomada do crescimento a taxas de 5 a 6% nos próximos dez anos.

Antes de deixar a secretaria de Política Econômica, Antonio Kandir entregou ao presidente Collor de Mello seu último trabalho, ligado às negociações do Projeto de Reconstrução Nacional: os cenários socio-econômicos para o Brasil dos próximos dez anos. Documento que foi passado ao ministro da Economia como sendo uma diretriz de governo.

Três são os cenários traçados para a economia brasileira, a depender do tamanho do esforço que for feito para consertar a situação financeira do Estado: 1) se as reformas estruturais forem totalmente implementadas; 2) parcialmente implementadas; 3) ou se nada for feito daqui por diante, deixando as contas públicas se deteriorarem. Esse último caso produziria uma hiperinflação aberta, mais concentração da renda e desagregação social. Em uma expressão, usada no documento, seria "a década da insensatez" precedida da "década perdida" dos anos 80.

Estatisticamente, não fazer nada implicaria retroceder as finanças públicas a um déficit crônico de 8 a 9% do Produto Interno Bruto (PIB), manter uma baixa taxa de investimento, ao redor de 19% do PIB, produzindo um crescimento econômico na faixa de 2% ao ano. O que seria insuficiente para geração de emprego e deixaria espaços para um desemprego potencial na casa dos 20 milhões de trabalhadores.

Para crescer à taxa de 6% ao ano, a partir de um superávit de 1% do PIB nas contas públicas (conceito primário, sem contabilizar dívidas), a taxa de investimento (público e privado) teria de ser acrescida em 7% do PIB em relação ao realizado no período 1988/90, saltando para 27% do PIB ao final da década. Nesse contexto, onde a poupança pública jogaria um papel importante na retomada dos investimentos, principalmente na melhoria do chamado "bem-estar social", a reforma tributária é colocada como fundamental para compor o ajuste fiscal estrutural e duradouro. Para este ano de 1991, o novo ministro da Economia conseguiu administrar as contas públicas com maiores atropelos, se prevalecer o controle dos recursos na "boca da caixa" do Tesouro Nacional. Não haverá fôlego, porém, para prosseguir com essa política no ano que vem e nos demais.

As opções de tributação também podem ser diferenciadas entre a antiga equipe e a atual. O projeto, porém, sugere as seguintes medidas:

- Imposto de Renda — tributar os ganhos de capital auferidos na aquisição de imóveis pelo SFH e taxar, mais, pelo IR pessoa física, os contribuintes de altas rendas, não resultantes apenas de salários. Com isso, o Tesouro Nacional ganharia cerca de 0,7% do PIB em receita adicional.
- Rever os impostos indiretos, mesmo que isso re-

presente uma perda de receita de 0,3% do PIB. A tributação indireta penaliza os investimentos e concentra renda.

• Grandes fortunas — criar o imposto sobre grandes fortunas, em tramitação no Congresso Nacional, e retomar o projeto de revisão do Imposto Territorial Rural (ITR). Apenas com esses dois, o ganho de receita seria de 0,3% do PIB.

• Previdência — extinção da aposentadoria por tempo de serviço, aumentando, consequentemente, em dez anos o período de contribuição. Ganho de 0,3% do PIB. Isso, somado ao corte dos subsídios, que prevaleceria somente para produtos agrícolas de consumo popular, renderia 0,7% do PIB aos cofres públicos.

A reforma administrativa, ao prever a revisão constitucional e sugerir o fim da estabilidade generalizada para o funcionalismo público, renderia mais 1% do PIB de economia com gasto de pessoal. O programa de privatização, além de reduzir o excedente operacional das empresas estatais em cerca de 0,4% do PIB, auxilia na reorganização das funções do novo estado.

Juntando as economias amealhadas com essas reformas, 3,5% do PIB, o Estado entraria com uma meta de 7% de aumento necessário da taxa de investimentos para retomar o crescimento de 6% ao ano nos próximos dez anos.

Não se trata de mera abstração estatística. São cenários — o pior, o intermediário e o ideal — que refletem o que poderá ocorrer com a taxa de pobreza e o consumo per capita no País dos próximos anos.

No ano passado, a percentagem da população considerada na faixa de pobreza (cujo consumo anual é inferior a US\$ 600) foi de 29,8%. Conforme a escolha das políticas econômicas feitas agora, esse percentual pode estacionar, poder ser reduzido à metade — 13,5% da população — em dez anos, ou pode, ainda, baixar para 23,9%, se as mudanças forem mais conservadoras, supõe esse trabalho.

"A década mudou, mas os problemas que a caracterizam permanecem", diz o documento. A década de 80 ficou conhecida como a "década perdida" e levaremos toda uma década apenas para recuperar" o retrocesso.

## Estudo se baseia em análise do IPEA

O estudo preparado pelo ex-secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, tem como base trabalhos acadêmicos e instrumentos de análise desenvolvidos pelo IPEA. Segue a íntegra do estudo:

### PROJETO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

#### CENÁRIOS SÓCIO-ECONÔMICOS PARA O BRASIL DO ANO 2000

1. INTRODUÇÃO

Através de um modelo macroeconômico multissetorial (para uma descrição sumária do modelo, vide anexo 2) e com base em um grande número de trabalhos acadêmicos e instrumentos de análise desenvolvidos no IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), foram realizadas simulações com vistas a delinear perfis alternativos para a economia e sociedade brasileira no ano 2000.

Os instrumentos de análise utilizados são frutos do esforço de pesquisa e planejamento realizado no País e, como tais, são elementos dos quais a sociedade não pode prescindir ao planejar e decidir seu futuro. Os resultados dessas simulações contribuíram para o aprofundamento do debate em torno do Projeto de Reconstrução Nacional. Ao explicitarem os limites de atuação que a própria realidade econômica impõe, ressaltam a urgência da viabilização dos ajustes necessários à retomada do desenvolvimento econômico e social.

Este trabalho retrata o enorme esforço que deverá ser empreendido apenas para reverter os efeitos da "década perdida". Por outro lado, a não realização deste esforço, principalmente no que concerne à questão fiscal, deverá levar o País à situação de caos econômico e social observada nos processos de hiperinflação aberta.

2. DESCRIÇÃO SUCINTA DAS SIMULAÇÕES

Foram simulados 3 cenários sócio-econômicos que se diferenciam, principalmente, pelas hipóteses alternativas assumidas para as principais variáveis fiscais (vide anexo).

1) O quadro abaixo mostra, de maneira qualitativa, as principais características, sejam elas hipotéticas ou resultantes, de cada um dos cenários.

Cada uma das tabelas apresenta a situação das variáveis no final da década passada e a posição no ano 2000, ou, alternativamente, sua evolução no período para cada uma das simulações realizadas.

### 3. PRINCIPAIS RESULTADOS POR CENÁRIO

3.1. CENÁRIO A

Este cenário admite que a sociedade não consegue o consenso requerido para efetivar um ajustamento estrutural e sustentável das contas públicas. Ao contrário, o esforço de ajuste feito em 1990 é abortado pela adoção de medidas expansionistas do déficit público. Esta opção significa o retorno ao desequilíbrio fiscal observado no final da década passada, caracterizado por arrecadação baixa e regressiva (devido, principalmente, à maior participação dos impostos indiretos na carga tributária), excesso de gastos e ineficiência administrativa. A necessidade de financiamento do setor público, neste caso, será de aproximadamente 10% do PIB ao ano (tabela 4), que seriam financiados através de emissão monetária inflacionária e elevação substancial da dívida interna, gerando uma situação insustentável de endividamento público (tabelas 5 e 6).

A falência do setor público e a instabilidade crescente dos preços associa-se ao baixo patamar de investimentos. Persistem as transferências, voluntárias e forçadas, de poupança privada para o setor público para financiar uma situação de déficit crônico. Verifica-se uma taxa de investimento global baixa, inferior a 19% do PIB (tabela 2). O crescimento econômico compatível com este cenário é pequeno, de 2,0% ao ano (tabela 1), insuficiente para elevar, de forma significativa, a renda per capita e também para gerar o montante de empregos requerido para que se possa, de forma condigna, incorporar ao mercado o contingente de novos trabalhadores. Este desempenho implica um desemprego potencial no ano 2000 superior a 20 milhões de pessoas (tabela 9).

O desequilíbrio e a regressividade fiscal, o processo inflacionário crônico e o pequeno crescimento do produto per capita tendem a dar continuidade ao processo de concentração de renda. Nessa hipótese, o índice de Gini — que varia de 0 a 1 e reflete uma melhor distribuição de renda quanto mais próximo de zero estiver — chega a 0,62 no ano 2000. Aproximadamente 50% da renda disponível fica com apenas 10% das famílias (tabela 10), e cerca de 30% da população vive em estado de pobreza (tabela 11).

Este cenário, ao reproduzir a conjuntura vivida pela economia brasileira na década de 80 com o agravante de que, dificilmente, a hiperinflação aberta poderá ser evitada, aponta para uma sensível deterioração da situação econômica e social do País.

### 3.2. CENÁRIO B

Neste caso, há um pequeno avanço em termos do equilíbrio das finanças públicas. Persiste, porém, um déficit primário da ordem de 2% do PIB, enquanto a necessidade de financiamento do setor público é, em média, da ordem de 4,0% do PIB ao ano (tabela 4).

Para tanto, é necessária a aprovação parcial das medidas de saneamento de longo prazo do setor público propostas no Projeto de Reconstrução Nacional, tais como: reforma administrativa relativamente tímida; reforma tributária sem ganhos expressivos ao nível da progressividade dos impostos; reforma parcial do sistema de seguridade social; ganho pequeno em termos de financiamento externo adicional; além de um processo de privatização modesto. Esta última hipótese implica a manutenção, sob a responsabilidade do setor público, da parte de insumos e infraestrutura econômica, o que demanda gastos com investimento da ordem de 2,5% do PIB (tabela 4). Em decorrência, observam-se obstáculos ao crescimento econômico e ao aumento de gastos públicos na área social.

É compatível com este cenário uma taxa de investimento de cerca de 23% do PIB (tabela 2) e um crescimento do produto de aproximadamente 3,5% ao ano (tabela 1).

Este desempenho econômico é suficiente para absorver parte dos novos integrantes do mercado de trabalho. Não contribui, no entanto, para diminuir o nível de desemprego potencial estimado para 1990, resultando em desemprego aberto e subemprego de aproximadamente 12 milhões de trabalhadores no ano 2000.

Em relação à distribuição de renda, mantém-se o quadro observado em 1990, com um índice de Gini de 0,60 (tabela 10). O padrão de consumo apresenta uma evolução levemente positiva, contribuindo para tirar cerca de 5% da população do estado de pobreza (tabela 11).

Além da manutenção de um importante contingente potencial de desempregados, o que impede uma mudança mais significativa no perfil distributivo da renda, este cenário supõe um avanço pequeno no que tange à progressividade da estrutura tributária e ao gasto público na área social. Embora deva haver alguma melhoria na qualidade do gasto — a partir da reforma administrativa —, o resgate da dívida social não ocorre em ritmo adequado.

No cenário B, portanto, o ajuste parcial do setor público se traduz, ao nível macroeconômico, na retomada do crescimento, ainda que a uma taxa reduzida, com a manutenção dos atuais níveis de desemprego potencial e do perfil distributivo da renda, mas com alguma melhoria no padrão de consumo.

### 3.3. CENÁRIO C

Neste cenário, são criadas as condições para um ajuste profundo e permanente das contas do governo, nos moldes propostos no Projeto de Reconstrução Nacional. Em relação ao cenário B, há um avanço importante nas reformas administrativas (fim da estabilidade irrevogável de emprego e aumento de eficiência da administração pública), fiscal (criação de novos impostos, corte de subsídios, revisão dos impostos indiretos, aumento da base de arrecadação e progressividade do imposto de renda) e da previdência social (adequação do fluxo de receita ao de despesa), associado a um processo intenso de privatização (tabelas 4, 6 e 7). O resultado deste ajuste é a geração de um superávit primário do setor público de 1,3% do PIB, enquanto a necessidade de financiamento do governo cai para 0,5% do PIB, plenamente financiável através de emissão monetária não inflacionária. Desta forma, a dívida interna pública em termos reais se mantém ao nível observado em 1990, o que, em relação ao PIB, implica importante redução.

Este ajuste também permite diminuir, em termos relativos, a necessidade de gastos com investimentos em insumos básicos e infraestrutura. Em resumo, há uma folga de recursos fiscais que são realocados para a área social, possibilitando a duplicação do gasto social per capita (em educação, saúde, assistência social, etc.) descrito na Tabela 8. Além disso, a maior progressividade tributária e o aumento da renda bruta das camadas mais pobres da sociedade resultariam em efetiva recuperação dos indicadores sociais (mortalidade infantil, evasão escolar, trabalho precoce, etc.).

Nesse cenário, a distribuição de renda volta ao perfil de 1980, com um índice de Gini de 0,55. Os 10% mais ricos respondem por 42% da renda, enquanto os 10% mais pobres ficam com 1% (tabela 10). Este perfil de distribuição de renda é ainda muito concentrado, e de modo algum corresponde a uma meta ideal. No entanto, é a evolução viável em um prazo de 10 anos e implica um aumento significativo no padrão de consumo das camadas menos favorecidas. Os 10% mais pobres têm seu consumo duplicado neste período, em contraposição ao aumento de 20% dos 10% mais ricos. Em relação a 1990, cerca de 15% da população brasileira deixa a condição de pobreza (tabela 11).

A taxa de crescimento do produto compatível com este cenário é da ordem de 6% ao ano (tabela 1). Para efetivar uma taxa de crescimento desta magnitude é requerida uma taxa de investimento (a preços correntes) de cerca de 27% do PIB, o que representa uma elevação de cerca de 7% do PIB em relação à média do investimento realizado no período 1988/90 (tabela 2). O esforço adicional de poupança necessário para a viabilização deste aumento do investimento é, grosso modo, dividido em partes iguais entre o setor público e o setor privado, cabendo a cada um 3,5% do PIB (a tabela 7 detalha as medidas necessá-

rias para que a poupança pública se eleve neste montante). Com isso, há praticamente equilíbrio entre poupança e investimento tanto no âmbito do setor público quanto do privado. Ou seja, o setor público não mais estaria absorvendo de forma forçada parte importante da poupança privada.

O crescimento do produto neste ritmo, além de acomodar a melhoria na distribuição de renda, leva a um desemprego potencial: mínimo, de aproximadamente 2 milhões de trabalhadores no ano 2000 (tabela 9).

### 4. PRINCIPAIS RESULTADOS DESAGREGADOS POR ÁREA

#### 4.1. AJUSTE FISCAL E POUPANÇA PÚBLICA

A tabela 7 faz uma comparação da poupança do setor público em cada um dos cenários

em relação ao resultado verificado no período 1988/90. Esta análise comparativa permite uma avaliação mais detalhada das medidas necessárias ao aumento da poupança pública requerido para retomada do crescimento.

As fontes de geração de poupança pública podem ser divididas em primárias e secundárias. As fontes primárias estão relacionadas com os fluxos anuais de receita e despesa (exceto juros e investimento); as fontes secundárias estão associadas exclusivamente aos pagamentos líquidos de juros anuais sobre o estoque da dívida pública. Assim, os aumentos/decrêscimos de poupança devidos a fontes secundárias decorrem diretamente dos resultados das fontes primárias

Continua na página 8

### ANEXO 1 PRINCIPAIS HIPÓTESES DO MODELO

Variáveis	2000		
	A	B	C
Sector Externo			
Taxa de juros internacional (com spread)			
(% ao ano)			
Crescimento do comércio mundial	9,0	8,0	8,0
(% média ao ano)			
Taxa de inflação dólar	4,0	4,0	4,0
(% média ao ano)			
Preço do petróleo			
(US\$/baril)	32	32	32
Coefficiente abertura importações			
(1990=100)	115	115	115
Reservas internacionais	4,0	4,0	4,0
(meses de importação)			
Sector Fiscal			
Alíquota tributária efetiva			
Impostos indiretos	84,3	90,2	90,2
(1990=100)			
Impostos diretos	84,3	90,2	122,5
(1990=100)			
Taxa de juros real dívida interna	4,0	4,0	4,0
(% ao ano)			
Crescimento real transf. (incl. benef. previd.)	6,0	4,5	4,5
(% média ao ano)			
Crescimento oferta de bens públicos	2,0	4,0	6,0
(% média ao ano)			
Crescimento do bem público	90,9	77,3	68,2
(1990=100)			
Receita de privatização (sider. + petroq.)	0,0	1,5	15,0
(bil. US\$ de 1991)			

### TABELA RESUMO PRINCIPAIS RESULTADOS — CENÁRIOS 2000

Variáveis	2000		
	A	B	C
Produto Interno Bruto Real			
(Tx. Cresc. Anual Média 90/2000)	2,0	3,7	5,8
Investimento Bruto Total	16,1	19,4	23,4
(a preços de 1990, em % do PIB)			
Desemprego Potencial	20,9	14,2	2,3
(milhões de pessoas)			
Superávit Primário do Setor Público	-5,8	-1,8	1,1
(em % do PIB)			
Gasto Social do Setor Público	87,2	136,9	205,2
(per capita, 1990 = 100)			
Índice de Gini da Distribuição de Renda (*)	0,62	0,60	0,55
(1980 = 0,55)			
% População em estado de Pobreza (**)	29,3	23,9	13,5

(\*) É uma medida do grau de concentração da distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima).

(\*\*) Uma pessoa é considerada em estado de pobreza quando o seu consumo anual é inferior a 600 dólares (de 1991).

### TABELA 1 PRODUTO INTERNO BRUTO (Tx. Cresc. Anual Média 1990/2000)

Variáveis	2000		
	A	B	C
Produto Interno Bruto Real	2,0	3,7	5,8
Produto interno real por setores			
Alimentos/1	1,5	2,3	3,5
Outros de consumo não-durav/2	2,1	3,3	4,7
Infra-estrutura econômica/3	2,9	4,4	6,4
Outros bens intermediários/4	1,8	3,6	5,4
Bens de capital e duráveis/5	1,8	3,6	5,4
Administração pública direta/6	1,4	2,6	4,2
Moradia/7	1,8	2,6	4,2
Outros serviços/8	1,8	3,2	5,2

- 1) Agropecuária e agroindústria.
- 2) Têxtil e confecções, calçados e outros bens de consumo.
- 3) Extr. petróleo, derivados e energia elétrica.
- 4) Extr. minério, tab. não-metálicos, celulose e papel, siderurgia, metalurgia, álcool e química.
- 5) Madeira e mobiliário, maq. equip. não-elétrico, equip. elétrico e fio, eletrodoméstico e com. automóvel e caminhão e outros veículos.
- 6) Administração pública direta federal, estadual e municipal.
- 7) Aluguel de imóveis.
- 8) Construção civil, comércio, transporte, comunicações, instituições financeiras e outros serviços.

### TABELA 2 POUPANÇA E INVESTIMENTO (em percentagem do PIB)

Variáveis	2000			
	1988-90	A	B	C
Poupança bruta total	19,7	18,9	22,7	27,1
Privada	18,2	24,7	22,4	21,8
Pública	1,7	-5,2	0,6	5,2
Investimento	-0,2	-0,6	-0,3	0,1
Externa	19,7	18,9	22,7	27,1
Privada	14,0	15,6	18,0	21,4
Pública	5,7	3,2	4,7	5,7
Administração Direta	2,9	1,2	2,1	2,8
Estatais	2,8	2,0	2,6	2,9
Invest. Total Real (preços de 1990*)	16,4	16,1	19,4	23,4

(\*) As diferenças verificadas entre a taxa de investimento a preços correntes e a preços constantes de 1990 devem-se a mudanças de preços relativos, em favor dos bens de capital, ao longo da década de 1980.

### TABELA 3 INVESTIMENTO SETORIAL (Índices com ano-base 1980 = 100)

Variáveis	2000		
	1990	A	B
Investimento Real Total	86,6	115,6	163,8
Investimento real por setores			
Alimentos/1	102,1	77,2	109,9
Outros de consumo não-durav/2	104,0	166,0	232,4
Infra-estrutura econômica/3	55,3	167,0	240,9
Outros bens intermediários/4	102,0	68,4	117,9
Bens de capital e duráveis/5	100,1	64,2	124,7
Administração pública direta/6	53,0	158,3	278,8
Moradia/7	88,1	183,5	221,4
Outros serviços/8	104,0	115,5	178,3

- 1) Agropecuária e agroindústria.
- 2) Têxtil e confecções, calçados e outros bens de consumo.
- 3) Extr. petróleo, derivados e energia elétrica.
- 4) Extr. minério, tab. não-metálicos, celulose e papel, siderurgia, metalurgia, álcool e química.
- 5) Madeira e mobiliário, maq. equip. não-elétrico, equip. elétrico e fio, eletrodoméstico e com. automóvel e caminhão e outros veículos.
- 6) Administração pública direta federal, estadual e municipal.
- 7) Aluguel de imóveis.
- 8) Construção civil, comércio, transporte, comunicações, instituições financeiras e outros serviços.

### TABELA 4 RECEITAS E DESPESAS DO SETOR PÚBLICO (Em percentagem do PIB)

Variáveis	2000		
	1988-90	A	B
Receita Total	23,6	22,2	23,5
Receita Tributária (líq. de subsídios)	21,9	21,2	22,2
Excedente Operac. das Empresas Estatais	1,7	1,0	1,3
Despesa Total (excl. juros)	24,7	28,0	25,3
Despesa da Administração Direta	15,1	14,9	14,4
— Custos	12,2	13,7	12,3
— Investimento	2,9	1,2	2,1
Investimento das Empresas Estatais	2,8	2,0	2,6
Transferências (incl. benef. previd.)	0,6	1,1	8,3
Superávit Primário	-6,3	-5,8	-1,8
Despesas de Juros do Setor Público	3,4	2,6	2,3
Juros da Dívida Interna	2,0	1,6	1,2
Juros da Dívida Externa	1,4	1,0	1,1
Necessidades de Financ. do S. Público	4,0	8,4	4,1

### TABELA 5 FONTES PARA AS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (Em percentagem do PIB)

Variáveis	2000			
	1988-90	A	B	C
Necessidades de Financ. do S. Público	4,0	8,4	4,1	0,5
Sanhações (*)	4,3	5,0	2,0	0,5
Redução das Reservas Internacionais	0,0	-0,1	-0,1	-0,2
Aumento da Dívida Externa	0,0	0,6	0,4	0,2
Aumento da Dívida Interna	-0,3	2,9	1,8	0,0

(\*) Receita que o governo auferir através da emissão monetária

### TABELA 6 EVOLUÇÃO DOS ESTOQUES DAS DÍVIDAS INTERNA E EXTERNA DO SETOR PÚBLICO (Em percentagem do PIB)

Variáveis	2000		
	1990	A	B
Dívida Pública Total	37,0	55,1	42,9
Dívida Interna	18,1	43,6	30,7



16 MAI 1991

GAZETA MERCANTIL — Quinta-feira, 16 de maio de 1991

BANCO DO PROGRESSO

POLÍTICA ECONÔMICA

6 Con. Brasil

# Cenários para o Brasil nos próximos dez anos

Continuação da página 6

no passado. Por esta razão, optou-se por descrever mais detalhadamente apenas os resultados relativos às fontes primárias, o que é apresentado a seguir.

## A. REFORMA TRIBUTÁRIA

O cenário C, em consonância com o Projeto de Reconstrução Nacional, assume por hipótese a realização de uma ampla reforma tributária, responsável por um aumento de 1,7% do PIB na poupança pública, que inclui:

I) alterações no Imposto de Renda envolvendo a instituição de alíquota sobre os ganhos de capital na aquisição de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação; e ampliação da base tributável do IRPF de modo a alcançar os grupos de contribuintes de altas rendas, em especial as rendas não resultantes de trabalho assalariado. Tais alterações possibilitam um ganho da ordem de 0,7% do PIB.

II) revisão dos impostos indiretos, envolvendo uma perda de 0,3% do PIB. A tributação indireta hoje existente apresenta fortes distorções, principalmente para penalizar a estrutura produtiva e ser altamente regressiva, agravando assim a concentração de renda. O cenário C contempla uma ampla revisão deste quadro, além de uma redução da participação da tributação indireta na carga total, criando condições para que o sistema tribu-

tário seja instrumento da melhoria da distribuição de renda.

III) criação do IGF e revisão do ITR envolvendo um ganho de 0,3% do PIB. A implementação destas duas medidas possibilita a utilização da tributação sobre o patrimônio, de modo a incrementar os gastos de natureza social e a ocupação racional da terra. Estes dois tributos, se bem administrados, são importante fonte de informações para que a evasão fiscal seja reduzida.

IV) alterações na contribuição previdenciária com um ganho de 0,3% do PIB. O cenário C contempla a extinção da aposentadoria por tempo de serviço, o que leva à extensão do período de contribuição por cerca de dez anos.

V) corte de subsídios, com um ganho de 0,7% do PIB. No cenário C o Estado reverte sua política do favorecimento para atividades e afins específicos, concentrando seus recursos num selecionado número de produtos agrícolas de consumo popular.

## 8. REFORMA ADMINISTRATIVA

No cenário C, o fim da estabilidade indiscriminada do funcionalismo público possibilita uma redução de 1% do PIB nos gastos com pessoal e, ao mesmo tempo, viabiliza a continuidade da reforma administrativa com vista à melhoria dos serviços prestados à população.

## C. REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O cenário C contempla a im-

plementação, na sua integralidade, dos preceitos constitucionais e do Plano de Custeio e Benefícios, levando a um substantivo incremento dos gastos previdenciários. Ao mesmo tempo, prevê algumas alterações, como o fim da aposentadoria por tempo de serviço, que implicam uma reorganização das bases de funcionamento do sistema. Como resultado líquido deverá ocorrer um aumento do gasto de 0,6% do PIB.

## D. PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

O cumprimento integral das metas de privatização, hipótese assumida no cenário C, implica uma diminuição do excedente operacional das estatais da ordem de 0,4% do PIB. Por outro lado, o montante arrecadado com a venda das empresas, ao ser utilizado para reduzir a dívida pública, diminui o gasto com juros (fontes secundárias). Por conta de todas as medidas acima descritas, o cenário C traz um aumento de 3,5% do PIB na poupança do setor público. No caso do cenário B, pequena parte das medidas fiscais preconizadas pelo Programa de Reconstrução Nacional é realizada, implicando um decréscimo de 1,1% do PIB na poupança pública, que advém, na sua maior parte, do aumento do gasto da previdência social. No cenário A, por sua vez, há uma redução da poupança pública de aproximadamente 7% do PIB, devido a vários fatores, tais como o aumento dos gastos previdenciários e o aumento dos gastos com custeio.

## 4.2. A QUESTÃO SOCIAL

O resgate da dívida social depende de ações em várias frentes. Ele passa pela estabilidade de preços, pela adequação da oferta de bens-salários, por relações mais diretas entre capital e trabalho e finalmente por uma maior progressividade fiscal, além da elevação dos gastos públicos na área social.

A renda no Brasil é historicamente concentrada, o que se acentuou em função do processo hiperinflacionário e da estagnação econômica. A continuidade deste quadro, refletida no cenário A, levará a um padrão de distribuição ainda mais concentrado no limiar do novo milênio. Na hipótese C, por outro lado, a distribuição da renda volta, grosso modo, ao que era em 1980.

Esse fato, associado ao próprio crescimento do produto, reduz a parcela da população que hoje vive em estado de pobreza, cerca de 30% da população residente no País, para menos de 15%. No cenário A, a situação permanece praticamente inalterada em relação a 1990.

O resgate da dívida social é sem dúvida tarefa inadiável da sociedade brasileira. O crescimento econômico sustentado depende da incorporação da população pobre ao mercado, o que significa maior produção e consumo. Caberá ao Estado a condução desse processo através de políticas públicas, principalmente no que tange aos gastos sociais do governo. Para tanto, é necessário equilibrar as contas públicas e, con-

comitantemente, criar condições para uma substancial elevação, tanto do volume de recursos destinados ao gasto social quanto de sua eficiência.

## 5. CONCLUSÃO

A década de 80 ficou conhecida como "década perdida" em função do enorme retrocesso que impôs à sociedade brasileira, tanto em termos econômicos como sociais.

Estas simulações evidenciam o custo deste retrocesso, pois, no melhor cenário considerado, levaremos toda uma década apenas para recuperá-lo. Esta possibilidade não é apenas dramática pela realidade que revela, mas principalmente pelo fato de seus condicionantes não estarem assegurados. Ou seja, a efetivação deste cenário depende de um concentrado trabalho técnico e político em torno das reformas necessárias.

A década mudou, mas os problemas que a caracterizaram permanecem. O Governo, em seu primeiro ano, muito fez no sentido de reverter a iminência da hiperinflação e do caos social que a acompanha. Hoje, há espaço para atuação do Governo; a realidade econômica tornou-se manejável; os espaços de negociação com o setor privado foram ampliados.

Mais do que isso, o Governo propôs o Projeto de Reconstrução Nacional, oferecendo ao País uma perspectiva de médio e longo prazos; estabelecendo uma agenda para reformas sem as quais não haverá estabilidade econômica, retomada do desenvolvimento e maior justiça social. Resta discutirlas, promover um Entendimento Nacional em torno delas e tomá-las como lastro para a política de estabilização.

A continuidade dos processos vividos na década passada é uma hipótese que não está descartada. Caracterizada no cenário A, ela aponta para a hiperinflação aberta, agravamento do quadro de pobreza, falência do Estado e estagnação econômica. É necessário muito trabalho e vontade política de toda a sociedade para evitar tal possibilidade, sob pena de, definitivamente, inviabilizar o desenvolvimento político e social desta Nação.

O Governo, sabedor deste fato, propôs um conjunto de medidas que aponta um caminho capaz de recolocar o País na trilha do crescimento com justiça social. Cabe agora à sociedade, através de seus canais de legítima representação, avaliar, decidir e conquistar o futuro que deseja para si própria.